

A Hungria e os males da Europa Central

Pedro Courela . IEEI

Não deixa de ser significativo que a comemoração dos cinquenta anos do levantamento popular húngaro contra o poder soviético tenha lugar no momento mais difícil da história política recente deste novo membro da União Europeia. O choque é tanto maior pela imagem de país modelo que a Hungria foi ganhando desde o final dos anos 80 e já no período de transição para a democracia.

Hoje, como em 56, as ruas de Budapeste são cenário de confrontos entre manifestantes que pedem a demissão do governo e as forças da ordem. A história repete-se? Ou estamos perante fenómenos diferentes?

O levantamento de Budapeste é um momento incontornável da história da Guerra Fria e o seu alcance ultrapassa claramente as fronteiras da Hungria. Por um lado, mostrou ao mundo que os países totalitários do Leste europeu não eram as sociedades homogêneas a caminhar ordeiramente para um futuro socialista que as autoridades faziam querer. Havia uma sociedade civil organizada, que cruzava sectores muito diversos, pronta para por em causa um regime considerado ilegítimo. Por outro lado, o seu desfecho deixou bem claro que a lógica de blocos da Guerra Fria estava para ficar e que a política de contenção dos Estados Unidos e seus aliados na Europa ocidental não contemplava um apoio directo a sublevações democráticas no império soviético. Tal como noutros momentos e noutras paragens do confronto Leste-Oeste, ninguém no mundo livre morreu por Budapeste.

A Hungria, como a Polónia ou a Checoslováquia, fez o seu percurso para a democracia, introduziu reformas económicas antes do fim do mundo bipolar e conquistou rapidamente um lugar entre as novas democracias preparadas para integrar as estruturas europeias (União Europeia e NATO). Os sinais de crise política que nos últimos anos começaram a verificar-se nalguns países da região, pareciam não existir na Hungria, que o *The Economist* de 22 de Julho de 2006 descrevia como um exemplo de estabilidade. Em pouco tempo, descobrimos um país com sérios problemas económicos (entre os quais um défice orçamental de 10%) e uma classe dirigente desacreditada.

É impossível num curto texto analisar as causas deste fenómeno, mas alguns aspectos da actual crise húngara têm uma leitura mais vasta e certamente preocupante do ponto de vista da estabilidade da região da Europa Central.

Para além do oportunismo político do Fidesz, principal partido da oposição, que na realidade não tem nenhuma opção à política de austeridade do actual governo socialista, as contestações têm sido lideradas por grupos de extrema-direita que em ocasiões como estas ganham em capacidade organizativa. Como na Polónia ou na vizinha Eslováquia, os partidos radicais com agendas nacionalistas e xenófobas

ganham espaço no *mainstream* político. Os efeitos desta ascensão em democracias jovens não deveria passar despercebida.

A fragilidade do actual governo significa que muito dificilmente se aguentará em funções até ao fim do mandato em 2010. Os erros políticos, mesmo os que resultam de um exercício de honestidade brutal, pagam-se caros. Tendo em conta a baixa popularidade do centro-direita, é provável que um novo terramoto político provoque uma reconfiguração substancial do espectro político da Hungria. Trata-se de um processo semelhante ao que a Polónia já atravessou várias vezes na sua curta história democrática e que em nada contribuiu para a estabilidade política.

A indignação popular, mais ou menos genuína, não surge de um momento para o outro ou apenas em reacção a um episódio polémico. De facto, denota um mal-estar pronto a ser explorado por quem oferece soluções milagrosas. E esse mal-estar vem-se acumulando nos últimos anos e manifestando numa nova forma de anti-europeísmo. A primeira década após o fim do comunismo foi de árduas reformas políticas e económicas, com custos sociais elevados. A promessa de sucessivos governos, de Budapeste a Talinn, foi a de que em breve essas reformas iriam dar frutos e trazer uma prosperidade sem precedentes. Contudo, a Europa aparece agora aos olhos dos eleitores como fonte de novas exigências que, no caso húngaro, implicam cortes muito significativos na despesa, incluindo nos serviços públicos. Juntamente com o impasse político da União, as más políticas dos governos nacionais resultam numa perda de credibilidade do projecto europeu.

O levantamento da Hungria deu-se um ano antes da assinatura do Tratado de Roma que lançou a integração europeia como um projecto baseado em valores em tudo semelhantes aos que os cidadãos húngaros reivindicaram nas ruas. Pelo contrário, o sucesso actual do projecto europeu está na capacidade de enfrentar as causas e os efeitos da crise húngara. Ao contrário de 1956, nenhum muro divide Leste e Oeste e os males que a Europa central vive hoje terão repercussões à escala do continente.